



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**SPE Futura 6 Geração e Comercialização
de Energia Solar S.A.**

31 de dezembro de 2025

Com relatório dos auditores independentes sobre as
demonstrações financeiras



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores e Acionistas
SPE Futura 6 Geração e Comercialização de Energia Solar S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da SPE Futura 6 Geração e Comercialização de Energia Solar S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração



SPE Futura 6 Geração e Comercialização de Energia Solar S.A.

das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.



SPE Futura 6 Geração e Comercialização de Energia Solar S.A.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 30 de março de 2026

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5

DocuSigned by
Guilherme Naves Valle
Signed By: Guilherme Naves Valle 54199158034
CPF: 04.099.04634
Signer Role: Partner
Signed Time: 30 March 2026 10:53 GMT
C: ICP-Brasil, C1: Certificado Digital PF A1
C: BR
Instit: AC Sinq/INSD MABra
6612860426467...

Guilherme Naves Valle
Contador CRC 1MG070614/O-5

Demonstrações Financeiras

Demonstrações do Resultado	3
Demonstrações do Resultado Abrangente	3
Demonstrações do Fluxo de Caixa	4
Balanço Patrimonial Ativo	5
Balanço Patrimonial Passivo	5
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	6

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

01. Contexto operacional	7
02. Apresentação das Demonstrações Financeiras	7
03. Estimativas e julgamentos contábeis críticos	9
04. Receita operacional	10
05. Custos e despesas por natureza	10
06. Resultado financeiro	11
07. Tributos sobre o lucro	11
08. Contas a receber	12
09. Imobilizado	12
10. Fornecedores	13
11. Empréstimos e financiamentos	14
12. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos	16
13. Partes Relacionadas	19
14. Patrimônio líquido	20

Demonstrações do resultado

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Receita operacional líquida	4	23.207	17.888
Custo operacional	5	(33.520)	(26.756)
Resultado bruto		(10.313)	(8.868)
Despesas/Receitas operacionais			
Gerais e administrativas		(1.889)	(2.574)
Outras receitas (despesas) operacionais		182	(626)
Prejuízo antes do resultado financeiro e dos tributos		(12.020)	(12.068)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	6	1.122	968
Despesas financeiras	6	(7.687)	(8.423)
Prejuízo antes dos tributos sobre o lucro		(18.585)	(19.523)
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro			
Corrente	7	(1.298)	(3.881)
Prejuízo líquido do exercício		(19.883)	(23.404)

Demonstrações do resultado abrangente

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais)

	2025	2024
Prejuízo líquido do exercício	(19.883)	(23.404)
Outros resultados abrangentes		
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de outros resultados abrangentes do exercício	(19.883)	(23.404)

Demonstrações do fluxo de caixa

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		(18.585)	(19.523)
Ajuste para reconciliar o prejuízo ao fluxo de caixa das atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	5	14.584	13.360
Variação monetária		4.433	4.673
Juros de empréstimos	12	1.906	2.162
Juros de fornecedores de projetos em construção		-	564
Rendimento de aplicações (TVM)	6	(651)	(420)
Juros do arrendamento		-	14
		1.687	830
Aumento (redução) nos ativos /Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Despesas antecipadas		-	8.160
Contas a receber		(768)	(1.514)
Importo de renda e contribuição social a recuperar		871	753
Estoques		(488)	(3.765)
Impostos, taxas e contribuições		(105)	417
Fornecedores		2.081	(1.351)
Operações comerciais com partes relacionadas		1.937	4.222
Outros ativos e passivos		553	(3.379)
		4.081	3.543
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos		(2.791)	(2.155)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados pelas atividades operacionais		2.977	2.218
Fluxo caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado e intangível		(3.283)	(4.604)
Títulos e valores mobiliários		1.156	(736)
Notas comerciais com partes relacionadas		(50)	(502)
Caixa e equivalentes de caixa líquido consumidos nas atividades de investimentos		(2.177)	(5.842)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Amortizações do principal	12	(478)	(1.625)
Juros de empréstimo pagos	12	(6.808)	(6.940)
Adiantamento para futuro aumento de capital	14	4.307	25.698
Pagamento do passivo de arrendamento		-	(324)
Pagamento de principal de fornecedores de projetos em construção		-	(8.735)
Pagamento de juros de fornecedores de projetos em construção		-	(1.129)
Depósitos vinculados a empréstimos	12	(466)	(320)
Caixa e equivalentes de caixa líquido gerado (consumidos) nas atividades de financiamentos		(3.445)	6.625
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		(2.645)	3.001
Demonstração da variação de caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		3.116	115
No fim do exercício		471	3.116
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		(2.645)	3.001

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balanço patrimonial

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		471	3.116
Títulos e valores mobiliários		-	1.156
Contas a receber	8	2.282	1.514
Estoques		4.253	3.765
Importo de renda e contribuição social a recuperar		-	871
Operações comerciais com partes relacionadas	13	3.208	3.557
Outros		778	874
		10.992	14.853
Não circulante			
Operações comerciais com partes relacionadas		258	258
Notas comerciais com partes relacionadas	13	552	502
Outros		192	126
		1.002	886
Imobilizado	9	299.095	309.967
Intangível		1.927	2.479
		302.024	313.332
Total do ativo		313.016	328.185

Balanço patrimonial - Continuação

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Passivo circulante			
Fornecedores	10	6.246	5.530
Empréstimos e financiamentos	11	3.911	5.897
Operações comerciais com partes relacionadas	13	7.756	6.168
Imposto de Renda e Contribuição Social a recolher		1.155	2.692
Outros impostos a recolher		1.414	1.475
Outros		856	285
		21.338	22.047
Não circulante			
Empréstimos e Financiamentos	11	89.892	88.779
		89.892	88.779
Total do Passivo		111.230	110.826
Patrimônio líquido			
Capital social	14	267.066	267.066
Adiantamento para futuro aumento de capital	14	4.307	-
Prejuízos acumulados	14	(69.587)	(49.707)
Patrimônio líquido atribuível aos controladores		201.786	217.359
Total do passivo e patrimônio líquido		313.016	328.185

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais)

	Capital Social Integralizado	Adiantamento para futuro aumento de capital	Lucros ou Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2023	197.093	44.275	(26.303)	215.065
Transações com acionistas:				
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(23.404)	(23.404)
Aumento de capital	69.973	(69.973)	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	25.698	-	25.698
Saldo em 31 de dezembro de 2024	267.066	-	(49.707)	217.359
Transações com acionistas:				
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(19.883)	(19.883)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	4.307	-	4.307
Saldo em 31 de dezembro de 2025	267.066	4.307	(69.590)	201.783

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A SPE Futura 6 Geração e Comercialização de Energia S.A. (a "Companhia" ou "SPE 6") é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil, com sede na Cidade de Juazeiro, no Estado da Bahia.

Foi constituída em 15 de junho de 2020 com o objetivo específico de implantação e exploração em nome próprio de usina de geração de energia a partir de fonte solar fotovoltaica, na Cidade de Juazeiro, Estado da Bahia, na forma permitida em lei e mediante a obtenção das respectivas concessões e autorizações, com aquisição, no mercado interno e externo de equipamentos, bens e serviços necessários para tal finalidade, produção e comercialização de energia elétrica a partir de fonte solar.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

Base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração em sua gestão.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por certos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 30 de março de 2026.

Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2025, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e, apesar de apresentar nas demonstrações financeiras capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 10.346, entende que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar os compromissos de curto prazo.

Além disso, em 2025 a Companhia gerou fluxo de caixa operacional positivo no montante de R\$ 2.977 (em 31 de dezembro de 2024 no montante de R\$ 2.218). A Administração está convencida de que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro e, em caso de necessidade, o acionista controlador fará aportes financeiros para garantir a continuidade das operações, além de haver pleno acesso ao mercado de capitais para eventuais captações de recursos financeiros caso sejam necessários.

Cabe destacar que o setor possui investimentos programados para expansão da capacidade de escoamento e espera-se uma estabilidade operacional no médio e longo prazo para a Companhia. Adicionalmente, a Companhia está inserida em um cenário regulatório e econômico favorável para fontes renováveis uma vez que existe a possibilidade de abertura do cronograma do mercado livre, além do desenvolvimento e implantação de tecnologias de armazenamento, por exemplo o leilão de baterias.

Operacionalmente, a infraestrutura de energia obteve uma melhora significativa ao final de 2024, o que continuou em 2025, com a entrada de novas linhas de transmissão e reforços na rede da região.

Por fim, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, essas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais ("R\$"), que é a moeda funcional da Companhia e arredondada para milhares.

Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

Mudanças nas práticas contábeis e divulgações de normas emitidas pelo CPC e IASB

O IASB e o CPC emitiram revisões das normas existentes aplicáveis a partir de 01 de janeiro de 2024. Outras normas também entraram em vigor na mesma data, mas não identificamos impactos materiais às demonstrações financeiras da Companhia. As principais alterações avaliadas foram:

CPC 48/IFRS 9 e CPC 40/IFRS 7 – Contratos com referência energia e cuja geração dependa da natureza

Em dezembro de 2024, o IASB alterou os requisitos de aplicação de uso próprio (own use) e hedge accounting previstos no IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, e adicionou certos requerimentos de divulgações do IFRS 7 - Instrumentos Financeiros - Evidenciação. O objetivo dessas mudanças é garantir que as demonstrações financeiras apresentem adequadamente os efeitos de contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza, descritos como contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza (contracts referencing nature-dependent electricity).

Essas alterações se aplicam apenas a contratos que expõem uma entidade à variabilidade devido à volatilidade na geração de energia que depende de condições naturais. As mudanças incluem:

(i) orientações para a determinação pela entidade se os contratos de energia que dependem de condições naturais devem ser tratados contabilmente como contratos de uso próprio; (ii) condições a serem consideradas para aplicação de hedge accounting, especificamente hedge de fluxo de caixa; e (iii) divulgações sobre características contratuais que expõem a entidade a variabilidades, compromissos contratuais ainda não reconhecidos (fluxos de caixa estimados) e efeitos dos contratos na performance da entidade durante o exercício.

Essas alterações são aplicáveis a exercícios/períodos iniciados a partir de 1 de janeiro de 2026.

Durante o exercício de 2025, a Companhia analisou os efeitos dessas mudanças em suas demonstrações financeiras, não identificando impactos materiais.

IFRS 18 – Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras

A IFRS 18 estabelece novos requerimentos de apresentação e divulgação das demonstrações financeiras, com o objetivo de aprimorar a comparabilidade entre entidades e fornecer informações mais relevantes e fiéis sobre ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas. A norma será de adoção obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2027, não sendo prevista a adoção antecipada pela Companhia.

Embora não altere critérios de reconhecimento ou mensuração, a IFRS 18 introduz mudanças significativas na estrutura das demonstrações financeiras, incluindo a nova classificação padronizada de receitas e despesas, novos subtotais obrigatórios na demonstração do resultado, novos princípios de agregação e desagregação, além de ajustes na apresentação da demonstração dos fluxos de caixa e de novas exigências de divulgação relacionadas às medidas de desempenho definidas pela Administração.

Durante o exercício de 2025, a Companhia conduziu um trabalho abrangente para avaliar os impactos decorrentes da adoção da IFRS 18. As principais atividades incluíram:

- **Capacitação de diversas áreas internas**, por meio de treinamentos específicos sobre os novos requerimentos da norma;
- **Análise dos potenciais impactos em cláusulas contratuais**, especialmente aquelas relacionadas a indicadores financeiros;
- **Mapeamento de impactos contábeis e operacionais**, com identificação de ajustes necessários;
- **Criação de novas contas contábeis**, alinhadas à estrutura de apresentação exigida pela norma.

Ao longo de 2026, a Companhia dará continuidade ao processo de implementação, com foco na adequação da estrutura do ERP SAP para suportar os novos critérios de apresentação e divulgação. O projeto contempla ajustes sistêmicos, revisões de processos internos e validações de consistência para garantir conformidade plena com a nova norma a partir de sua vigência obrigatória



Reforma tributária

A Reforma Tributária sobre o Consumo, aprovada pela Emenda Constitucional nº 132/23, foi regulamentada, alterando de forma estrutural o modelo de tributação no Brasil. O novo sistema substituirá gradualmente o ICMS, ISS, PIS, COFINS e IPI pela Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS), pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e pelo Imposto Seletivo (IS). O objetivo central é simplificar o sistema, reduzir a cumulatividade e aumentar a neutralidade tributária.

A transição teve início em 2026, com consolidação completa prevista para 2033. A partir de 2029, haverá redução progressiva do ICMS, ISS e dos benefícios fiscais estaduais, até sua extinção em 2032. Durante esse período, coexistirão tributos antigos e novos, exigindo controles adicionais e ajustes de contabilização.

Ainda permanecem pendentes definições relativas às regras específicas de operacionalização e as alíquotas finais dos novos tributos. Estima-se que a carga combinada da CBS e do IBS possa alcançar até 28%, enquanto o IS terá alíquota máxima de 0,25% para carvão mineral e para o gás natural, exceto quando destinado a insumo industrial ou matéria-prima.

Foi instituída nova sistemática de creditamento que amplia as possibilidades de aproveitamento dos créditos tributários, eliminando limitações anteriormente existentes que resultavam em acúmulo sem possibilidade de compensação. Além disso, houve alteração na forma de recolhimento, a qual poderá impactar o ciclo de pagamentos e recebimentos.

Ao longo de 2025, com objetivo de assegurar conformidade e adequada adaptação às novas regras fiscais, a Companhia avançou de forma significativa no processo de preparação, conduzindo análises detalhadas dos impactos sobre os negócios, adequações de sistemas, além de programas contínuos de treinamento e capacitação das equipes envolvidas.

Essa abordagem fortalece a governança corporativa e contribui para o alinhamento de práticas e decisões, permitindo que o Grupo Eneva opere de forma eficiente e segura no novo ambiente tributário

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Estimativa	Nota Explicativa
Vida útil do ativo imobilizado	11
Teste de redução ao valor recuperável – Avaliação de Impairment	11

4. Receita operacional

Prática contábil

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de energia elétrica no curso normal das atividades da Companhia. A receita apresentada é líquida dos tributos sobre vendas, devoluções, abatimentos e descontos.

Para a atividade de geração de energia, a receita é reconhecida quando da obrigação de desempenho é alcançada, ou seja, quando o controle sobre o produto é transferido para o cliente.

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do exercício assim se apresenta:

	2025	2024
Receita bruta		
Venda de energia (autoprodução) (a)	29.160	19.351
	29.160	19.351
Deduções da receita		
Impostos sobre vendas	(5.952)	(1.463)
	(5.952)	(1.463)
Total da receita líquida	23.207	17.888

(a) Venda de energia

As receitas decorrem de contratos na modalidade de autoprodução de energia por equiparação, em que a energia gerada pelo parque solar é direcionada ao consumo próprio do cliente em sua unidade produtiva, que alcançou o montante de R\$ 28.005 e de venda de energia para Companhias do mesmo grupo no total de R\$ 1.154. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia renovável. O contrato de autoprodução está relacionado as empresas do grupo SicBras que possuem o objetivo de seu próprio consumo e em suas respectivas unidades produtivas.

5. Custos por natureza

A composição dos custos, receitas e despesas operacionais da Companhia é demonstrada como segue:

	2025	2024
Custo		
Depreciação e amortização	(14.584)	(13.360)
Custos regulatórios (a)	(5.673)	(4.130)
Pessoal	(4.093)	(1.841)
Energia elétrica para revenda (b)	(4.064)	(2.243)
Serviços de terceiros	(3.177)	(3.251)
Material de consumo	(1.109)	(650)
Seguros operacionais e administrativos	(412)	(383)
Aluguéis	(282)	(252)
Outras	(126)	(645)
	(33.520)	(26.756)

(a) Deve-se as Tarifas de Uso de Sistema de Transmissão (TUST) e do Sistema de Distribuição (TUSD), essas tarifas são pagas pelos usuários da rede básica de energia elétrica pela disponibilização da rede. Essas tarifas são devidas a partir do momento em que a usina fotovoltaica se encontra estruturada para a geração de energia, mesmo que o usuário não as utilize. Em 2023, o custo regulatório fora reconhecido como despesa, face à ausência de receita operacional líquida. A partir de 2024, os custos regulatórios passaram a ser reconhecidos em função da entrada em operação comercial da Companhia no mês de maio;

(b) Compra de energia incentivada no mercado livre para o cumprimento do contrato bilateral de autoprodução firmado com o cliente;

6. Resultado financeiro

A composição do resultado financeiro da Companhia é demonstrada como segue:

	2025	2024
Receitas financeiras		
Aplicação financeira	651	420
Variação monetária	-	51
Outros	471	497
	1.122	968
Despesas financeiras		
Variação cambial e monetária	(4.430)	(4.696)
Encargos sobre empréstimos	(2.446)	(2.162)
Comissão sobre fianças bancárias	(723)	(880)
Juros de fornecedores de projetos em construção	-	(564)
Juros de passivos de arrendamento	(19)	(14)
Outros	(69)	(107)
	(7.687)	(8.423)
Resultado Financeiro	(6.565)	(7.455)

7. Tributos sobre o lucro

Prática contábil

As despesas de IRPJ e CSL do exercício são reconhecidas na demonstração do resultado, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido.

Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado

Em 31 de dezembro de 2025, os tributos calculados sobre o lucro presumido compreendem o Imposto de Renda (IRPJ) (alíquota de 15% e adicional de 10%) e a Contribuição Social (CSL) (alíquota de 9%), sob o regime de lucro presumido. A conciliação do valor calculado pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de IRPJ e CSL é demonstrada a seguir:

	2025	
	IRPJ	CSL
Faturamento (fornecimento de energia)	29.161	29.161
% de presunção do lucro	8%	12%
Base de cálculo	2.333	3.499
Receitas Financeiras	1.248	1.248
Base de cálculo	3.581	4.747
Tributo Devido	(871)	(427)
		(18.582)
Resultado do exercício antes do IRPJ/CSL		(1.298)
Imposto de Renda e Contribuição Social correntes		(1.298)
		(3.883)
		(19.522)
	2024	
	IRPJ	CSL
Faturamento (fornecimento de energia)	19.593	19.593
% de presunção do lucro	8%	12%
Base de cálculo	1.567	2.351
Receitas Financeiras	9.715	9.715
Base de cálculo	11.282	12.066
Tributo Devido	2.797	1.086
		(3.883)
Resultado do exercício antes do IRPJ/CSL		(19.522)
Imposto de Renda e Contribuição Social correntes		(3.883)

8. Contas a receber

Prática contábil

Correspondem aos valores faturados e provisionados pela venda de energia elétrica no curso normal das atividades da Companhia. Inicialmente, o reconhecimento é pelo valor justo e, subsequentemente, mensurado pelo custo amortizado deduzido da perda de crédito esperada ("PCE").

	2025	2024
Contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente livre	2.282	1.514
	2.282	1.514

O risco de PCE para a Companhia é imaterial, visto que seus únicos clientes, empresas do grupo SicBras, são seus acionistas, conforme demonstrado na nota explicativa nº 15 - Patrimônio líquido.

Avaliação do risco de crédito

A Companhia realiza uma análise de risco frente às contrapartes antes da operação, por meio de informações auditadas, informações de mercado e situação atual da empresa e, posteriormente, através do registro do contrato na CCEE.

9. Imobilizado

Prática Contábil

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Composição dos saldos

	2023 - 2025						
Faixa de depreciação	Edificações, obras civis e benfeitorias 25 a 50 anos	Máquinas e equipamentos 5 a 40 anos	Veículos 5 anos	Móveis e utensílios 16 anos	Imobilizado em curso	Direito de uso	Total
Custos							2.025
Saldo em 31 de dezembro de 2023	24.750	275.813	-	6	29.784	550	330.903
Adições	-	-	-	-	2.833	-	2.833
Baixas	-	(39)	-	-	(2.694)	(550)	(3.283)
Transferências	31.759	(10.466)	1.420	889	(23.602)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	56.509	265.308	1.420	895	6.321	-	330.453
Adições	-	-	-	-	3.159	-	3.159
Transferências	3.983	3.110	2.113	13	(9.097)	-	122
Saldo em 31 de dezembro de 2025	60.492	268.418	3.533	908	383	-	333.734
Depreciação							
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(550)	(7.191)	-	-	-	(165)	(7.906)
Adições	(2.287)	(10.128)	(420)	(32)	-	(328)	(13.195)
Baixas	-	-	-	-	-	615	615
Transferências	(1.288)	1.299	(1)	(10)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(4.125)	(16.020)	(421)	(42)	-	122	(20.486)
Adições	(3.379)	(10.092)	(506)	(55)	-	-	(14.032)
Baixas	-	-	-	-	-	(122)	(122)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(7.504)	(26.112)	(927)	(97)	-	-	(34.640)
Valor Contábil							
Saldo em 31 de dezembro de 2023	24.200	268.622	-	6	29.784	385	322.997
Saldo em 31 de dezembro de 2024	52.384	249.288	999	853	6.321	122	309.967
Saldo em 31 de dezembro de 2025	52.988	242.306	2.606	811	383	-	299.095

Vida útil e Depreciação

A depreciação é calculada com base no método linear ao longo das vidas úteis estimadas dos ativos a partir do seu início de operação.

Itens de Imobilizado	Range de depreciação
Edificações e benfeitorias	25 a 50 anos
Máquinas e equipamentos	5 a 40 anos
Veículos	5 anos
Móveis e Utensílios	16 anos
Direitos de uso	1 a 28 anos

Composição dos saldos:

(a) A movimentação de transferências está representada, substancialmente, pela implementação de unitização dos ativos da Companhia, com o objetivo de melhorar a gestão e controle dos seus ativos. A unitização envolveu a reorganização e agrupamento dos bens, direitos e instalações.

Avaliação de impairment

Em 2025, a Companhia identificou indicativos de perda para a SPE Futura 6 decorrentes de fatores externos que vem afetando o setor de usinas renováveis, incluindo restrições operacionais (exemplo: curtailment) e outros desafios operacionais e de mercado. Em razão desses indícios, foi realizado teste de recuperabilidade para o complexo, tendo sido concluído que não há perda a ser reconhecida.

Os testes de recuperabilidade foram realizados com base no valor em uso, considerando:

- Projeção dos fluxos de caixa futuros em moeda funcional (R\$), em termos nominais;
- Premissas de preço, evolução do OPEX e CAPEX, foram projetados conforme estabelecido no planejamento estratégico da Companhia; e
- Taxa de desconto pré-impostos de 10,53%, conforme a metodologia de cálculo do custo médio ponderado de capital (CMPC), considerando efeitos inflacionários.

10. Fornecedores

Prática Contábil

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas no balanço conforme prazo de vencimento (circulante e não circulante). Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado.

	2025	2024
Compra de energia	1.770	181
Manutenção das usinas	222	215
Contas a pagar - setor elétrico	370	349
Outros	3.884	4.785
	6.246	5.530

11. Empréstimos e financiamentos

Prática Contábil

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que as dívidas estiverem em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os custos dos empréstimos e financiamentos da Companhia são diretamente atribuíveis à construção do ativo qualificável (usina de geração solar) e, portanto, registrados como parte do custo do ativo imobilizado. O pagamento desses juros é apresentado dentro do fluxo de caixa de financiamentos na demonstração do fluxo de caixa.

Depósitos vinculados a empréstimos e financiamentos

A Companhia avalia se os depósitos vinculados aos contratos de empréstimos e financiamentos atendem aos seguintes critérios:

- (a) não estão condicionados a eventos futuros; e
- (b) são legalmente executáveis, no curso normal dos negócios, no caso de inadimplência e no caso de insolvência ou falência.

Dessa forma, o valor dos depósitos vinculados é apresentado junto aos empréstimos e financiamentos a eles relacionados, assim como é apresentado dentro do fluxo de caixa de financiamentos na demonstração do fluxo de caixa.

					2025			2024		
Credor	Moeda	Taxas de juros	Taxas efetivas	Vencimento	Principal	Juros	Total	Principal	Juros	Total
Empréstimos e financiamentos										
BNB	R\$	IPCA+ 2,0431%	7,92%	15/07/2045	94.198	3.395	97.593	94.522	3.479	98.001
					94.198	3.395	97.593	94.522	3.479	98.001
Depósitos Vinculados					(3.791)	-	(3.791)	(3.325)	-	(3.325)
Saldo líquido de empréstimos e financiamentos					90.407	3.395	93.802	91.197	3.479	94.676
Circulante					516	3.395	3.911	2.418	3.479	5.897
Não circulante					89.892	-	89.892	88.779	-	88.779

As dívidas foram contratadas através da linha de crédito FNE verde-infraestrutura do Banco do Nordeste. São indexadas ao IPCA, com taxa de juros que varia entre 2,00% e 4,11% ao ano. O repagamento é feito em desembolsos mensais compreendidos entre fevereiro de 2024 a julho de 2045.

As instituições financeiras normalmente não requerem garantias para empréstimos e financiamentos concedidos à Companhia. Entretanto, o empréstimo obtido está garantido na estrutura equivalente à Project Finance, principalmente por meio dos ativos. Adicionalmente, o financiamento possui o aval da Eneva (Controladora indireta da Companhia).

Abaixo é demonstrado a movimentação dos empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante):

	Empréstimos e financiamentos
Saldo em 31 de dezembro de 2023	96.726
(+) Juros incorridos	2.162
(+/-) Variação monetária	4.673
(-) Pagamento de principal	(1.625)
(-) Pagamento de juros	(6.940)
(+/-) Depósitos vinculados	(320)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	94.676
(+) Juros incorridos	2.446
(+/-) Variação monetária	4.433
(-) Pagamento de principal	(478)
(-) Pagamento de juros	(6.808)
(+/-) Depósitos vinculados	(466)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	93.802

As parcelas dos empréstimos e financiamentos classificadas no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2025 têm o seguinte cronograma de pagamento:

	Empréstimos e financiamentos
Ano de vencimento	
2027	564
2028	1.468
2029	2.834
2030	3.097
2031 até o último vencimento	85.720
	93.683
Depósitos vinculados	(3.791)
	89.892

Covenants não financeiros

Os contratos de empréstimos e financiamentos possuem cláusulas com **covenants** não financeiros, usuais no mercado e resumidos a seguir, as quais são monitoradas regularmente pela Tesouraria e reportadas periodicamente à Administração, para garantir que o contrato seja cumprido:

- Obrigação de apresentar aos credores demonstrações financeiras periodicamente;
- Direito dos credores de executar inspeções e visitas nas instalações;
- Obrigação de manter atualizadas as obrigações tributárias, previdenciárias e trabalhistas;
- Obrigação de manter em vigor contratos materialmente relevantes para as suas operações;
- Respeitar a legislação ambiental e manter em vigor as licenças necessárias para as suas operações;
- Restrições contratuais quanto a operações com partes relacionadas e alienações de ativos fora do curso normal de negócios;
- Restrições quanto à mudança de controle, reestruturações societárias, exceto as ocorridas dentro do grupo econômico, e alteração material no objeto social e nos atos constitutivos dos devedores; e
- Limites de endividamento e contratação de novas dívidas.

Todos os covenants não financeiros se encontram atendidos. Adicionalmente, os empréstimos e financiamentos da Companhia possuem garantias em forma de fianças bancárias.

12. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Prática Contábil

Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Os ativos e passivos financeiros da Companhia são, em sua maioria, medidos pelo custo amortizado, mas em alguns casos podem ser avaliados pelo valor justo, com impacto no resultado ou em outros resultados abrangentes.

A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando à liquidez, à rentabilidade e à segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas frente às vigentes no mercado.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo com instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, sendo essa determinação prevista na política de aplicações financeiras vigente.

A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados em base recorrente está demonstrada a seguir:

- **Nível I**

São preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração.

- **Nível II**

São informações, que não incluem os preços cotados no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente.

- **Nível III**

São informações não observáveis para o ativo ou passivo.

	2025			2024		
	Custo Amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total	Custo Amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Ativos Financeiros						
Caixa e equivalente de caixa	471	-	471	3.116	-	3.116
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	1.156	1.156
Contas a receber	2.282	-	2.282	1.514	-	1.514
Operações comerciais com partes relacionadas	3.466	-	3.466	3.815	-	3.815
	6.219	-	6.219	8.445	1.156	9.601
Passivos Financeiros						
Fornecedores	6.246	-	6.246	5.530	-	5.530
Empréstimos e financiamentos	93.803	-	93.803	94.676	-	94.676
Operações comerciais com partes relacionadas	7.756	-	7.756	6.168	-	6.168
	107.805	-	107.805	106.374	-	106.374

A descrição dos saldos contábeis dos instrumentos financeiros inclusos nos balanços patrimoniais, bem como a classificação da hierarquia de valor justo, está apresentada a seguir:

Estimativa do valor justo

Os instrumentos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

	2025				2024			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos Financeiros								
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	1.156	-	1.156
	-	-	-	-	-	1.156	-	1.156

	2025	2024
Posições do risco de crédito		
Caixa e equivalente de caixa	471	3.116
Títulos e valores mobiliários	-	1.156
Contas a receber de clientes	2.282	1.514
Operações com partes relacionadas	3.466	3.815
	6.219	9.601

Risco cambial

A Companhia possui exposição cambial relacionada ao seu passivo financeiro oriundo de operações em moeda estrangeira, contudo não se trata de uma exposição relevante.

Risco de crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas em função da inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Esse fator de risco pode ser oriundo de operações comerciais e da gestão de caixa.

Para mitigar os riscos, a Companhia adota como prática a análise da situação financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como o acompanhamento permanente das posições em aberto.

A Companhia possui uma política de aplicações financeiras, na qual estabelece limites de aplicação por instituição e considera a avaliação de rating como referencial para limitar o montante aplicado. Os prazos médios são constantemente avaliados bem como os indexadores das aplicações para fins de diversificação do portfólio.

Risco de taxa de juros relacionado aos juros flutuantes

A Companhia tem passivos indexados ao mercado flutuante de juros no segmento dos depósitos interbancários (DI), no mercado inflacionário com a correção dada pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e pelo indexador econômico TJLP (taxa de juros de longo prazo).

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores das dívidas aos quais a Companhia estava exposta, foram definidos 3 diferentes cenários. Como cenário provável, a Companhia utilizou projeções de mercado para estimar o que seriam as despesas financeiras brutas para os próximos 12 meses. Como cenários alternativos, a Companhia calculou qual seria a perda financeira para os próximos 12 meses caso as curvas IPCA fossem deslocadas em 25% e 50% respeitando os prazos de pagamento de cada linha.

Risco	Cenário Provável	Cenário I (alta 25%)	Cenário II (alta 50%)
Risco de Cash Flow:			
Alta na taxa de juros			
Passivo indexado ao IPCA	6.436	7.540	8.633
Despesa Financeira Esperada	6.436	7.540	8.633
Aumento da despesa financeira	-	1.105	2.197

Risco de liquidez

A Companhia monitora seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados em contrapartida ao montante disponível de caixa e equivalentes de caixa. A gestão do risco de liquidez implica em manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes e capacidade de liquidar posições de mercado. Os valores reconhecidos em 31 de dezembro de 2024 se aproximam dos valores de liquidação das operações, incluindo a estimativa de pagamentos futuros de juros.

						2025
	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Passivos						
Fornecedores	-	6.246	-	-	-	6.246
Operações com partes relacionadas	-	7.756	-	-	-	7.756
Empréstimos e financiamentos	3.082	3.462	7.343	28.424	146.175	188.486
	3.082	17.644	7.343	28.424	146.175	202.668
						2024
	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Passivos						
Fornecedores	-	5.530	-	-	-	5.530
Operações com partes relacionadas	-	6.168	-	-	-	6.168
Empréstimos e financiamentos	5.031	4.884	9.709	31.922	165.449	216.994
	5.031	16.582	9.709	31.922	165.449	228.692

Risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do negócio para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para redução do custo de capital.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

13. Partes Relacionadas

Prática contábil

As transações de venda de energia são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados, sendo atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os saldos dos ativos, passivos e efeitos em resultado de transações com partes relacionadas estão representados da seguinte forma:

	Ativo		Passivo		Resultado	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Operações Comerciais						
Focus Futura Holding Participações S.A.	3.112	3.112	-	-	-	-
Eneva S.A. (a)	18	14	7.756	6.154	(3.354)	(3.099)
Eneva Comercializadora de Energia Ltda. (b)	-	352	-	-	-	15.675
Outros	336	336	-	14	1	156
	3.466	3.814	7.756	6.168	(3.353)	12.732
Notas Comerciais (c)						
Eneva S.A.	553	503	-	-	50	2
	553	503	-	-	50	2
	4.019	4.317	7.756	6.168	(3.303)	12.734
Circulante	3.761	4.059	7.756	6.168	-	-
Não Circulante	258	258	-	-	-	-

(a) Saldo relativo a repasse de despesas entre empresas, como exemplo cost sharing;

(b) Saldo compostos por compra de energia para revenda, para atendimento do contrato de autoprodução;

(c) Saldo relacionado a 3ª emissão de notas comerciais escriturais emitida pela Eneva S.A., tendo a SPE 5 como Titular. O vencimento de acordo com o termo é 15 de dezembro de 2042 e será atualizado monetariamente pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) + Spread.

Remuneração dos membros da diretoria

De acordo com a Lei nº 6.404/1976 e com o estatuto social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores, cabendo ao Conselho de Administração da Controladora efetuar a distribuição da verba entre eles.

A remuneração é feita pela Controladora e reembolsada pela SPE Futura 6, já que não temos diretores alocados na Holding e são remunerados pela Eneva S.A.

14. Patrimônio líquido

Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social da Companhia é de R\$ 267.066, sendo composto por 216.323 ações ordinárias classe A (SicBras), 24.036 ações ordinárias classe B e 26.707 ações preferenciais (Focus Holding).

Abaixo, o quadro societário da Companhia atualizado com a mudança de participação:

2025 e 2024

Acionistas:	Quantidade	Ações			%
		Ações preferenciais	Ações ordinárias Classe A	Ações ordinárias Classe B	
SicBras - Carbetto de Silício do Brasil Ltda	216.323	-	216.323	-	81,00%
Focus Futura Holding Participações S.A.	50.743	26.707	-	24.036	19,00%
Total	267.066	26.707	216.323	24.036	100%

Cabe destacar, que as empresas do grupo SicBras são acionistas minoritárias e não estão envolvidas na gestão diária ou na governança corporativa da Companhia. Esses acionistas não exercem influência significativa sobre as decisões operacionais ou estratégicas da empresa, e, por isso, não são considerados como partes relacionadas.

Adiantamento para futuro aumento de capital

O adiantamento para futuro aumento de capital ("AFAC") é um instrumento de patrimônio irrevogável que garante ao investidor realizar o aumento de capital com uma quantidade fixa de quotas a um preço pré-definido fixo. Em 2025 houve a aprovação para um aporte de R\$ 4.307, cuja expectativa de integralização é para o decorrer do ano de 2026.



Diretoria

Ricardo Correa Pascotto

Diretor Presidente

Marcelo Cruz Lopes

Diretor

Conselho de Administração

Marcelo Campos Habibe

Presidente do Conselho de Administração

Maria Fernanda Nalin Salomão

Conselheira

Marcelo Cruz Lopes

Conselheiro

Controladoria

Ana Paula Alves do Nascimento

CRC-RJ 086983/O-0

Diretora de Controladoria e Tributário

Bruno Campelo de Azevedo

CRC-RJ 106648/O-9

Contador

Informações corporativas

SPE Futura 6 Geração e Comercialização de Energia Solar S.A.

Praia de Botafogo 501,

Torre Corcovado Sala 404 B – Botafogo

Rio de Janeiro (RJ) – Brasil CEP: 22.250-040

RI.ENEVA.COM.BR

Certificate Of Completion

Envelope Id: F9E847A5-B2E0-4964-9537-E1DF96430A90

Status: Completed

Subject: Complete with Docusign: DF e Relatório SPE 6 -Final.pdf

LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)

Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables

Source Envelope:

Document Pages: 25

Signatures: 1

Envelope Originator:

Certificate Pages: 2

Initials: 0

Erivelton Ramos

AutoNav: Enabled

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º

Envelopeld Stamping: Enabled

andares, Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32, Itai

Time Zone: (UTC-03:00) Brasilia

São Paulo, São Paulo 04538-132

erivelton.ramos@pwc.com

IP Address: 201.56.5.228

Record Tracking

Status: Original

30 March 2026 | 19:51

Holder: Erivelton Ramos

erivelton.ramos@pwc.com

Location: DocuSign

Status: Original

30 March 2026 | 20:54

Holder: CEDOC Brasil

BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team

Location: DocuSign

@pwc.com

Signer Events

Guilherme Naves Valle

Signer Role: Partner

guilherme.valle@pwc.com

Partner

PwC BR

Security Level: Email, Account Authentication (None), Digital Certificate

Signature Provider Details:

Signature Type: ICP-Brasil

Issuer: AC SyngularID Multipla

Signer Role: Partner

Subject: CN=Guilherme Naves Valle:54199158634

Signature

DocuSigned by:

E63126604DEE407...

Signature Adoption: Pre-selected Style

Using IP Address: 186.205.9.36

Certificate policy:

[1]Certificate Policy:

Policy Identifier=2.16.76.1.2.1.133

[1,1]Policy Qualifier Info:

Policy Qualifier Id=CPS

Qualifier:

<http://syngularid.com.br/repositorio/ac-syngularid-multipla/dpc/dpc-ac-syngularID-multipla.pdf>

Timestamp

Sent: 30 March 2026 | 20:02

Viewed: 30 March 2026 | 20:53

Signed: 30 March 2026 | 20:54

Electronic Record and Signature Disclosure:

Not Offered via Docusign

In Person Signer Events

Signature

Timestamp

Editor Delivery Events

Status

Timestamp

Agent Delivery Events

Status

Timestamp

Intermediary Delivery Events

Status

Timestamp

Certified Delivery Events

Status

Timestamp

Carbon Copy Events

Status

Timestamp

Carbon Copy Events	Status	Timestamp
Erivelton Ramos erivelton.ramos@pwc.com Gerente de auditoria PwC BR Security Level: Email, Account Authentication (None)	<div style="border: 2px solid blue; padding: 5px; display: inline-block; font-weight: bold; color: blue;">COPIED</div>	Sent: 30 March 2026 20:54 Viewed: 30 March 2026 20:54 Signed: 30 March 2026 20:54
Electronic Record and Signature Disclosure: Not Offered via DocuSign		

Witness Events	Signature	Timestamp
----------------	-----------	-----------

Notary Events	Signature	Timestamp
---------------	-----------	-----------

Envelope Summary Events	Status	Timestamps
-------------------------	--------	------------

Envelope Sent	Hashed/Encrypted	30 March 2026 20:02
Certified Delivered	Security Checked	30 March 2026 20:53
Signing Complete	Security Checked	30 March 2026 20:54
Completed	Security Checked	30 March 2026 20:54

Payment Events	Status	Timestamps
----------------	--------	------------